



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJETO BÁSICO Nº 3/2020 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES

1.0 - INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 14 da Lei n. 8.666/93, na Portaria n. 306/2001 do MPOG e na Instrução Normativa n. 004/2008 – TRE/RO, foi elaborado o presente Projeto Básico com vistas à **Aquisição de Materiais de Consumo Hospitalar (máscara cirúrgica)**, a fim de atender às demandas de emergência da Seção de Assistência Médica e Social (SAMES), por meio de Cotação Eletrônica.

2.0 – DO OBJETO

2.1. Aquisição de Material de Consumo – Hospitalar (máscara cirúrgica), a fim de atender às demandas de emergência da Seção de Assistência Médica e Social (SAMES), conforme especificações e quantidades descritas detalhadamente nas tabelas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	Qunatidade
01	Máscara Cirúrgica com elástico, branca, tripla, atóxica, hipoalergênica e descartável	7500

2.2. As máscaras deverão ser entregues embaladas em caixas com 50 (cinquenta) unidades.

2.3. Os participantes do certame deverão informar, necessariamente a MARCA e MODELO dos produtos ofertados.

2.4. Os preços apresentados pelos fornecedores deverão cobrir todos os custos, abrangendo transportes e frete, tudo quanto for preciso para garantir a entrega, a qualidade e funcionalidade dos materiais solicitados. Em caso de dúvidas, recomenda-se consultar a Contratante.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.5. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, a adjudicatária se comprometerá a entregar o objeto no local e no prazo máximo estipulado neste Projeto Básico.

2.6. A contratada deverá realizar a entrega do material no endereço abaixo:

Seção de Assistência Médica e Social - SAMES deste Tribunal, situada à Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União – Porto Velho/RO - CEP: 76.805-901

Telefones para agendamento: (69) 3211-2041/2068/2052.

Apenas nos dias úteis, no horário de 11h às 17h.

3.0 – DA JUSTIFICATIVAS

3.1. DA NECESSIDADE DOS MATERIAIS

Considerando a gravidade e emergência em saúde pública declarada pela Organização Mundial de Saúde - OMS, quanto a pandemia, que pode causar doenças respiratória classificada como coronavírus (COVID-19) e devido ao grande potencial de transmissão do vírus através do ar, por meio de tosse, espirro ou contato de mãos, maçanetas e equipamentos contaminados, vemos a necessidade de aquisição em caráter emergencial de máscaras descartáveis de proteção, para evitar a disseminação do vírus no âmbito da Justiça Eleitoral de Rondônia.

Corrobora com essa justificativa a Resolução TRE-RO n. 10/2020, acerca de medidas de combate ao novo Coronavírus - COVID 19.

Por fim justificamos essa aquisição emergencial, por não podermos planejar ou prever um surto como o que esta acontecendo em âmbito mundial.

3.2 DA PESQUISA NO MERCADO LOCAL, NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E NA INTERNET E O VALOR ESTIMADO DA AQUISIÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Diligenciamos no mercado local e constatamos que **não há máscaras cirúrgicas para comercialização no município de Porto Velho/RO.**

Efetuamos pesquisas dos preços praticados na Administração Pública, por meio do sistema do Banco de Preços ([0515422](#)), e na Internet ([0515424](#)), obtendo-se os seguintes resultados:

Objeto	Quant	Banco de Preços			Internet			Valor Unit.	Valor Unit.
		Valor Unit.	Valor Unit.	Valor Unit.	Valor Unit.	Valor Unit.	Valor Unit.	Médio (R\$)	Total (R\$)
Máscaras cirúrgicas	7500 unidades	2,30	2,40	2,09	2,36	1,43	3,39	2,33	17.475,00

O valor estimado total para a presente aquisição é de R\$ 17.475,00 (dezesete mil quatrocentos e setenta e cinco reais), o que enseja a utilização do art. 24, II, da Lei n. 8.666/93, bem como pode-se acrescer que por não haver outra contratação similar ou idêntica a esta no âmbito da Justiça Eleitoral de Rondônia, há o respaldo legal para a contratação, o que pode vir a ser confirmado com a junção do Livro de contratações da SAOFC deste Órgão e ser analisado pela Assessoria Jurídica.

3.3 DA AQUISIÇÃO POR SISTEMA DE COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS

A escolha pela modalidade de aquisição do objeto por meio do **Sistema de Cotação Eletrônica de Preços, conforme previsto no art. 3º, VI e VII e do art. 18, parágrafo 3º, todos da IN n. 04/2008 TRE-RO e no art. 1º, § 1º, da Portaria n. 306/2001-MPOG**, com o objetivo de ampliar a competitividade e racionalizar os procedimentos relativos a essa aquisição, aliados a necessidade de adquirirmos os produtos com a maior brevidade possível, em vista da necessidade iminente do material.

4.0 – DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Com relação ao planejamento estratégico e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este projeto básico detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário. Além disso, o objeto deste projeto básico vem ao encontro de todos os objetivos constantes no planejamento estratégico deste Tribunal, uma vez que a assistência à saúde preventiva estará mais disponível, diante do surto do novo vírus Coronavírus. A aquisição ora pleiteada é a demonstração clara da importância dada pelo Tribunal com o cuidado e a valorização de todos que aqui laboram. Tal preocupação foi ratificada no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO do Tribunal quando definiu como um de seus OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE APERFEIÇOAR PRÁTICAS DE VALORIZAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS SERVIDORES.

5.0 - VALOR ESTIMADO DA AQUISIÇÃO

O valor estimado total para a presente aquisição é de R\$ 17.475,00 (dezesete mil quatrocentos e setenta e cinco reais), conforme a seguir demonstrado:

Objeto	Quant	Banco de Preços			Internet			Valor Unit.	Valor Unit.
		Valor Unit.	Valor Unit.	Valor Unit.	Valor Unit.	Valor Unit.	Valor Unit.	Médio (R\$)	Total (R\$)
Máscaras cirúrgicas	7500 unidades	2,30	2,40	2,09	2,36	1,43	3,39	2,33	17.475,00

O valor acima é decorrente de pesquisa de mercado realizada por meio do sistema Banco de Preços ([0515422](#)) e Internet ([0515424](#)).

Em virtude do surto do novo Coronavírus, constatamos que **não há máscaras cirúrgicas para comercialização no município de Porto Velho/RO.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.0 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

O objeto deste Termo de Referência será custeado pelo Orçamento Ordinário deste Tribunal, conforme demonstrado no quadro abaixo:

CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário - Manutenção Geral
AGREGADOR	Assistência Médica e Odontológica
DESPESA AGREGADA	Material de Consumo Médico e Odontológico
PLANO INTERNO	AOSA MATMOD
VALOR ESTIMADO	

7.0 DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO

7.1. DAS CONDIÇÕES GERAIS:

A aceitação das propostas e o recebimento do objeto deverão obedecer aos seguintes parâmetros:

- a. A proposta deverá informar, **necessariamente, a MARCA e o MODELO** do objeto ofertado.
- b. Os materiais deverão estar estritamente de acordo com as especificações exigidas, inclusive no que diz respeito às especificações de embalagens, validades e garantias;
- c. Salvo se expressamente constar na especificação do objeto, não serão aceitos materiais que tenham sido objeto de quaisquer processos de recondicionamento e ainda os que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes;
- d. As embalagens dos materiais deverão conter as respectivas especificações técnicas dos mesmos e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores;
- f. O período de garantia e o prazo de validade remanescente serão contados a partir da formalização do recebimento, que será feita por um servidor designado a acompanhar essa entrega. O servidor formalizará o seu recebimento na própria nota fiscal e/ou fatura correspondente, no prazo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

máximo de dois dias úteis contados da data da entrega do objeto, pela Contratada. Quando não expressos nas especificações dos materiais, o período de garantia e o prazo de validade remanescente não poderão ser inferiores a 12 (doze) meses.

8.0. DO CONTRATO – OBRIGAÇÕES DAS PARTES, PAGAMENTO E PENALIDADES

O Contrato de fornecimento, no caso do presente instrumento, será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

À relação contratual, além das disposições previstas no respectivo Projeto Básico aplicam-se o disposto na Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08 e, supletivamente, a Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

Como condição para emissão da Nota de Empenho, a adjudicatária deverá estar regular junto ao SICAF e/ou apresentar comprovante de regularidade perante a Fazenda Federal e/ ou Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e a Certidão de Improbidade Administrativa do CNJ.

9.0 DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

A gestão e a fiscalização do contrato será realizada pelo titular da Seção de Assistência Médica, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

10. DAS REGRAS DA COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS:

Tratando-se de aquisição direta a ser processada por meio do **Sistema de Cotação Eletrônica Preços** disciplinada pela Portaria MPOG n. 306, 13/12/2001, prevista no Art. 3º, inciso VII, da IN TRE/RO n. 004/2008 e, a cotação eletrônica de preços deverá observar as instruções contidas no Anexo I e as condições gerais do Anexo II da Portaria MPOG n. 306, 13/12/01, reproduzidas, no que relevante, neste PB.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Registre-se que a comprovação de **inexistência de fracionamento de despesa** dar-se-á pela juntada ao processo do Livro de processos da SAOFC.

10.1. Procedimentos – art. 4º da Portaria MPOG n. 306/2001

10.1.1. Cabe ao Órgão Promotor da Cotação:

I - Efetuar o prévio credenciamento, junto ao provedor do Sistema, das autoridades competentes para homologar as contratações e dos servidores designados para a condução do procedimento relativo às cotações eletrônicas;

II - Providenciar a alocação de recursos orçamentários para o pagamento das obrigações decorrentes da cotação eletrônica;

III - efetuar o registro do Pedido de Cotação Eletrônica de Preços no SIASG, para divulgar e realizar a respectiva cotação eletrônica, informando a data e horário **limite de 2 (dois) dias úteis** para recepção das propostas de preços e apresentação de lances;

IV - Providenciar a abertura de processo para o arquivamento dos documentos relativos às cotações eletrônicas realizadas sob sua responsabilidade, organizados em série anual, incluindo, para cada cotação eletrônica efetuada:

1. As requisições de material que deram origem à quantidade constante da cotação eletrônica;
2. O Pedido de Cotação Eletrônica de Preços emitido pelo Sistema;
3. O relatório de classificação dos fornecedores participantes da cotação;
4. O despacho de adjudicação do objeto e homologação da contratação;
5. Cópia da Nota de Empenho emitida;
6. Cópia da nota fiscal e/ou fatura contendo a formalização do recebimento do material;

V - Verificar o atendimento das especificações do objeto e adjudicá-lo ao vencedor, considerado o menor preço;

VI - Homologar a contratação, providenciando a declaração de dispensa de licitação, por limite de valor, bem como os procedimentos referentes à execução orçamentária;

VII - Formalizar o recebimento do objeto da contratação nas condições estipuladas no Pedido de Cotação Eletrônica de Preços;

VIII - **Efetuar o pagamento correspondente, até 5 dias úteis** contados a partir da entrega da fatura e recebimento definitivo do objeto;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Parágrafo único. Em cada Pedido de Cotação Eletrônica de Preços deverão constar bens pertencentes apenas a uma linha de fornecimento, ou seja, um conjunto de materiais pertencentes a uma mesma classe do Catálogo de Materiais do SIASG.

10.1.2. Caberá ao fornecedor observar as regras definidas no Art. 5º do Anexo I Portaria MPOG n. 306/2001.

10.2. Regras da Cotação Eletrônica – art. 6º da Portaria MPOG n. 306/2001

10.2.1. Esta Cotação Eletrônica será regida pelas seguintes regras:

I - Os Pedidos de Cotação Eletrônica de Preços serão divulgados no site www.comprasnet.gov.br e encaminhados, por correspondência eletrônica, para um quantitativo de fornecedores que garantam competitividade, escolhidos de forma aleatória pelo sistema eletrônico, entre aqueles registrados na correspondente linha de fornecimento e que tenham indicado possibilidade de entrega no município onde esteja localizado o Órgão Promotor da Cotação;

II - No Pedido de Cotação Eletrônica de Preços deverão constar a especificação do objeto a ser adquirido, as quantidades requeridas, observados a respectiva unidade de fornecimento, as condições da contratação, o endereço eletrônico onde ocorrerá a cotação eletrônica, a data e horário de sua realização;

III - As referências de horários, no Pedido de Cotação Eletrônica de Preços e durante a sessão pública virtual, **observarão o horário de Brasília - DF**, o qual será registrado no Sistema e na documentação pertinente;

IV - A participação em cotação eletrônica dar-se-á, exclusivamente, após a digitação da senha privativa do fornecedor e subsequente encaminhamento, por meio do Sistema, de proposta de preço e de lances, em data e horário previstos no Pedido de Cotação Eletrônica;

V - Como requisito para a participação em cotação eletrônica, o fornecedor deverá assinalar, em campo próprio do Sistema:

1. A inexistência de fato impeditivo para licitar e/ou contratar com o Órgão Promotor da Cotação Eletrônica ou com a Administração Pública;
2. O pleno conhecimento e aceitação das presentes regras, das Condições Gerais da Contratação, constantes do Anexo II e do contido no Pedido de Cotação Eletrônica de Preços;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VI - A partir da divulgação do Pedido de Cotação Eletrônica de Preços terá início a sessão pública virtual de cotação com a recepção de propostas de preço, qualquer que seja o valor ofertado, exclusivamente, por meio do Sistema, **vedada a apresentação de proposta em papel;**

VII - A partir do registro da sua proposta no Sistema, os fornecedores participantes terão conhecimento do menor valor ofertado até o momento e poderão formular lances de menor valor, sendo informados, imediatamente, sobre o seu recebimento com a indicação do respectivo horário e valor;

VIII - Só serão aceitos novos lances, cujos valores forem inferiores ao do último lance registrado no Sistema;

IX - Durante o transcurso da sessão pública virtual de cotação eletrônica, os fornecedores participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance que tenha sido apresentado pelos demais participantes, vedada a identificação do detentor do lance;

X - A etapa de lances da cotação eletrônica será encerrada a qualquer instante após apresentação de aviso de fechamento iminente, observado o período de tempo máximo de trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo Sistema;

XI - Imediatamente após o encerramento da cotação eletrônica, o Sistema divulgará a classificação, indicando as propostas ou lances de menor valor, até o máximo de cinco.

XII - O fornecedor melhor classificado será considerado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da cotação, desde que sua proposta atenda às especificações do objeto.

XIII – **O fornecedor que não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do fornecimento, estará sujeito às sanções previstas na Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo do eventual cancelamento da Nota de Empenho.**

10.3 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (PROCEDIMENTO)

1. Fundamento Legal:

1. As contratações realizadas pelo Sistema de Cotação Eletrônica de Preços enquadram-se, como dispensa de licitação, por limite de valor, nos termos do inciso II do Art. 24 da Lei n. 8.666/1993.

2. Condições de Participação:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Poderão participar de cotações eletrônicas de preços, os fornecedores que solicitarem seu credenciamento prévio junto ao Órgão Promotor da Cotação Eletrônica.
2. É vedada a participação de consórcios e de empresas impedidas de licitar e/ou contratar com o Órgão Promotor da Cotação Eletrônica ou com a Administração Pública, na forma estabelecida em lei.
3. **Envio de Propostas e Lances:**
 1. O envio de propostas e lances deverá ocorrer, exclusivamente, por meio eletrônico, pela Internet, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br- Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, vedada sua remessa em papel.
4. **Cotação Eletrônica:**
 1. A cotação eletrônica será conduzida no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, em data, horário e condições estabelecidos no Pedido de Cotação Eletrônica de Preços, de acordo com as "Instruções Gerais e Procedimentos para Utilização do Sistema de Cotação Eletrônica de Preços" e com as demais normas contidas neste documento.
 2. Para participar da cotação eletrônica, o fornecedor deverá digitar seu CNPJ e senha de acesso ao Sistema e assinalar, em campo próprio, a inexistência de fato impeditivo para licitar e/ou contratar com o Órgão Promotor da Cotação Eletrônica, ou com toda a Administração Pública, e o pleno conhecimento e aceitação das regras de que trata o subitem anterior.
 3. A cotação de preços, bem como os lances subsequentes deverão ser registrados, em reais, para a quantidade total de cada item, **com validade de 30 (trinta) dias**.
 4. Será considerado vencedor da cotação eletrônica aquele que apresentar, durante o período da cotação, o lance de menor valor sendo-lhe adjudicado o objeto, desde que atenda as respectivas especificações.
 5. O Órgão Contratante poderá anular ou cancelar a cotação eletrônica, total ou parcialmente, sem que disso resulte, para o proponente, direito a qualquer indenização ou reclamação.
5. **Contratação:**
 1. As contratações oriundas das cotações eletrônicas **serão formalizadas pela emissão de Nota de Empenho que serão comunicadas aos respectivos adjudicatários**.
 2. As obrigações recíprocas entre a Contratada e o Órgão Contratante correspondem ao estabelecido nas presentes Condições Gerais da Contratação e no Pedido de Cotação Eletrônica de Preços.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. **Em caso de manifestação de desistência do fornecedor, fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, consoante o estabelecido no Art. 81 da Lei nº 8.666/1993, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.**

4. A eventual rescisão do ajuste se dará nas hipóteses previstas na Lei nº 8.666/1993, não cabendo, à Contratada, direito a qualquer indenização.

5. Compromete-se a contratada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes.

6. **Local de Entrega:**

1. Os bens **deverão ser entregues na:**

Seção de Assistência Médica e Social - SAMES deste Tribunal, situada à Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União – Porto Velho/RO - CEP: 76.805-901.

Telefones para agendamento: (69) 3211-2041/2068/2052.

Apenas nos dias úteis, no horário de 8h às 17h.

7. **Prazo Máximo de Entrega:**

1. A entrega do objeto deverá ser feita no **prazo máximo de 30 (trinta) dias**, contados a partir da notificação de adjudicação informando a emissão da Nota de Empenho correspondente.

8. **Sanções para o Caso de Inadimplemento:**

1. Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

1. Pelo **atraso na entrega do material** em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do material não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do material;

2. Pela **recusa em efetuar o fornecimento e/ou pela não entrega do material**, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo de entrega estipulado: 10% (dez por cento) do valor do material;

3. Pela **demora em substituir o material rejeitado**, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do material recusado, por dia decorrido;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. Pela **recusa da Contratada em substituir o material rejeitado**, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do material rejeitado;
 5. Pelo **não cumprimento de qualquer condição fixada nestas Condições Gerais ou no Pedido de Cotação Eletrônica de Preços** e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento;
 6. As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.
 7. As importâncias relativas a multas serão descontadas do pagamento porventura devido à Contratada, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.
 8. O Órgão Contratante poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho decorrente da Cotação Eletrônica de Preços, sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens anteriores e de outras previstas em lei.
9. **Condições de Recebimento do Objeto:**
1. A **entrega do bem deverá ser atestada de forma provisória pela Seção de Assistência Médica e Social - SAMES** do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, que aferirá a sua conformidade com as especificações constantes do Pedido de Cotação Eletrônica de Preços. Estando em conformidade, o **atesto/ recebimento definitivo** será expedido pela mesma unidade no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório.
 2. Os materiais entregues em desacordo com especificações estabelecidas neste Projeto Básico e na proposta da contratada ou que apresentarem quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso, serão recusados e devolvidos, por meio de Termo de Recusa de Materiais, pela Seção de Assistência Médica e Social - SAMES do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, no qual explicitará a razão da recusa do produto.
 3. O recebimento provisório pode ser realizado na própria nota fiscal e/ou fatura correspondente apresentada pela Contratada.
 4. A **Contratada se obriga a efetuar, a qualquer tempo, a substituição de material rejeitado, se este apresentar defeito de fabricação ou divergências relativas às especificações constantes do Pedido de Cotação Eletrônica de Preços, independentemente da quantidade rejeitada.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. A contratada se obriga a recolher, a suas expensas, depois de efetuada a regular substituição, o material recusado, **no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos**, contados a partir do vencimento do prazo estipulado para substituição.

6. Expirado o prazo previsto para recolhimento do material recusado, este Tribunal se reservará o direito de proceder à devolução dos materiais recusados, preferencialmente através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos materiais que lhe foram empenhados;

7. Na hipótese de não existência de créditos em haver para com a contratada e ante o não recolhimento dos materiais recusados por parte da mesma e, após devidamente notificada, não emitir qualquer manifestação acerca da questão, fica este Tribunal no direito de efetuar o descarte dos materiais recusados da forma que melhor lhe convir, se ultrapassados 60 (sessenta) dias da notificação.

8. A contratada deverá solicitar, se necessário, dentro do prazo de entrega, substituição ou recolhimento de materiais, a prorrogação do mesmo, a qual deverá ser devidamente justificada e dirigida à Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP do TRE/RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos.

9. Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa n. 004/2008-TRE/RO.

10. Faturamento:

1. A nota fiscal, e/ou fatura, deverá ser emitida em nome do Órgão Contratante.

11. Prazo para Pagamento:

1. O pagamento do objeto ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis contados da entrega da nota fiscal ou fatura e conseqüente formalização do recebimento do objeto, mediante crédito em conta corrente.

2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)/365 \qquad I = (6/100)/365 \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

3. A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/ nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

- **Informações e Casos Omissos:**

-

1. Informações poderão ser obtidas no Órgão Contratante, a partir da divulgação do Pedido de Cotação Eletrônica de Preços, sendo resolvidos, os casos omissos, pelo Departamento de Logística e Serviços Gerais – DLSG/SLTI/MP, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.

- **Foro:**

1. Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes deste procedimento e do contrato (substituído pela nota de empenho) ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho.

11 – DOS ANEXOS

São anexos ao presente instrumento:

I – Pesquisa de preço realizada no SISTEMA BANCO DE PREÇOS e Internet (eventos [0515422](#) e [0515424](#)).



Documento assinado eletronicamente por **ELISÂNGELA ALVES SILVA TIVANELLO**, Técnico Judiciário, em 20/03/2020, às 10:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000922-81.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SAMES

ASSUNTO: Aquisição de material de consumo hospitalar (máscara cirúrgica) – contratação direta – Cotação Eletrônica – análise.

PARECER JURÍDICO Nº 47 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Assistência Médica e Social – SAMES, com o objetivo de adquirir material de consumo hospitalar (máscaras cirúrgicas), a fim de suprir necessidade deste TRE proveniente da pandemia causada pelo novo coronavírus, conforme o Termo de Abertura ([0514622](#)).

02. Carreou-se aos autos Projeto Básico ([0514664](#)) contendo a descrição do objeto, justificativa, planejamento estratégico, critérios de sustentabilidade ambiental, valor estimado, critérios de aceitação do objeto, contrato e as regras da cotação eletrônica de preços, bem como a pesquisa de preço realizada pela unidade demandante ([0515422](#) e [0515424](#)).

03. Por meio do Despacho nº 489/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0516035](#)), o Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade encaminhou os autos à COMAP para análise do PB e seus anexos, à COFC para realizar a programação orçamentária da possível despesa e a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico.

04. Em seguida, a Coordenadoria de Material e Patrimônio, unidade responsável pela avaliação de Projeto Básico e Termo de Referência, de acordo com o item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa nº 004/2008, considerou regular o PB citado complementado com as pesquisas de preços, uma vez que está em consonância com as normas gerias de contratações estabelecidas pelos artigos 6º, IX e 7º, § 2º, da Lei nº 8.666/93 e da IN nº 04/2008 do TRE-RO, além de conter os elementos necessários à deflagração de cotação eletrônica ([0516113](#)).

05. A SPOF ([0516223](#)) procedeu a juntada aos autos da Programação Orçamentária, indicando o Pré-Empenho nº 2020PE0000065, no valor de **R\$ 17.475,00** (dezessete mil quatrocentos e setenta e cinco reais) para custear a despesa, oportunidade em que a unidade informou que *a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

06. Registra-se a juntada aos autos do livro de processo de despesa do exercício de 2020 ([0517272](#)) para a comprovação de não fragmentação de despesa.

07. Assim instruído, o feito veio para análise desta Assessoria Jurídica. **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

2.1 DA ANÁLISE DO POSSÍVEL FRACIONAMENTO DE DESPESA

08. O Tribunal de Contas da União tem recomendado, quando da realização de despesas, que o órgão proceda a um adequado planejamento de seus procedimentos licitatórios, em conformidade com a disponibilidade de crédito orçamentário e recursos financeiros, para evitar futuras contratações emergenciais e fracionadas.

09. Na linha de pacífico entendimento desta Administração, o raciocínio acerca do **fracionamento irregular do objeto não é meramente matemático, demanda a análise do caso concreto.**

10. Nos autos em análise, constata-se que a pandemia de COVID-19, provocada pelo novo Coronavírus, é uma situação anormal e excepcionalíssima. E, em virtude disso, a demanda pelo objeto pretendido ocorreu sem o planejamento prévio, conforme se verifica no subitem 3.1 do Projeto Básico nº 3/2020 – PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES ([0514664](#)).

11. Assim, observa-se que não há falha gritante de planejamento ou que se pretenda buscar a aquisição direta para subtrair a operação da modalidade competitiva exigida pela lei de Licitações.

2.2 DA COTAÇÃO ELETRÔNICA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. Vê-se que a Administração pretende processar a contratação por meio do **SISTEMA DE COTAÇÃO ELETRÔNICA**, procedimento implantado pela Portaria nº 306/2001, do antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, previsto expressamente no **§ 2º do art. 4º do revogado Decreto Federal nº 5.450/2005, in verbis:**

Art. 4º Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da forma eletrônica.

§ 1º [...]

§ 2º Na hipótese de **aquisições por dispensa de licitação**, fundamentadas no **inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**, as unidades gestoras integrantes do SISG deverão adotar, preferencialmente, o **sistema de cotação eletrônica**, conforme disposto na legislação vigente. (Sem grifo no original).

13. Embora tal normativo tenha sido substituído pelo Decreto nº 10.024/2019 e este prevê nova sistemática para as contratações diretas fundamentadas no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93 (dispensa pelo valor), denominada de **sistema de dispensa eletrônica**, a Secretária de Gestão do Ministério da Economia comunicou, no dia 25/10/2019, às 15h58, em seu sítio eletrônico oficial, que a cotação eletrônica ainda será utilizada até a implementação do novo sistema:

A Secretaria de Gestão do Ministério da Economia comunica aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais, que a “**cotação eletrônica**” **deverá ser utilizada no caso de dispensas de licitação prevista no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, nos termos da Portaria nº 306, de 13 de dezembro de 2001, até que o Sistema de Dispensa Eletrônica, disciplinado pelo Decreto nº 10.024, de 2019, seja implementado.**

(...) (sem grifo no original)

<https://comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/1191-comunicado-importante-cotacao-eletronica?highlight=WyJjb3RhXHUwMGU3XHUwMGUzbyIsImVsZXRYXHUwMGY0bmljYSIsImNvdGFedTAwZTdcdTAwZTNvIGVsZXRYXHUwMGY0bmljYSJd>

14. Superada esta celeuma é necessário fazer alguns apontamentos sobre a **Portaria nº 306/2001** mencionada. Este normativo dita as instruções gerais e procedimentos para utilização do sistema de cotação eletrônica de preços, dispondo em seu Anexo I as condições gerais da contratação, como sanções, condições de recebimento do objeto e do prazo para pagamento, dentre outras. O seu art. 1º dispõe, *ipsi litteris*:

Art. 1º As aquisições de bens de **pequeno valor** deverão ser realizadas, no âmbito dos órgãos que compõem o Sistema Integrado de Serviços Gerais -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SISG, **preferencialmente**, por meio do Sistema de **Cotação Eletrônica de Preços**, com o objetivo de **ampliar a competitividade e racionalizar os procedimentos relativos a essas compras**.

§ 1º Caracterizam-se, como bens de pequeno valor, aqueles que se enquadram na hipótese de dispensa de licitação prevista no **inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993**, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma compra de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

§ 2º Quando do enquadramento de compras, como dispensa de licitação por limite de valor, as autoridades responsáveis por sua autorização e pela homologação da contratação devem observar o contido no art. 89 da Lei nº 8.666/1993.

§ 3º Os bens passíveis de aquisição pelo sistema de suprimento de fundos poderão ser adquiridos mediante cotação eletrônica, sempre que essa medida se comprovar mais vantajosa, a critério da autoridade competente para a autorização da aquisição.

§ 4º **A autoridade responsável pelas compras deve certificar-se de que a aquisição por dispensa de licitação, por limite de valor, não representa fracionamento de compras que deveriam ser licitadas**, podendo utilizar, a seu critério, os seguintes procedimentos para essa verificação (...) **(sem grifo no original)**.

15. Por sua vez, o procedimento da Cotação Eletrônica de Preços, encontra-se regulamentado neste Tribunal por meio da **Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008**, que assim estabelece:

Art. 3º Para fins previstos nesta Instrução Normativa, são adotadas as seguintes definições:

I a V – [...]

VI – CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO: Processo prévio à contratação que visa selecionar, sem licitação, a proposta mais vantajosa para a Administração, com observância do princípio da impessoalidade, podendo ser processada pela via convencional ou através de **cotação eletrônica**;

VII – COTAÇÃO ELETRÔNICA: Sistema informatizado e disciplinado pela Portaria MPOG 306, 13/12/01 – ou outro que o substitua – para processar as aquisições de bens de pequeno valor, com objetivo de ampliar a competitividade e racionalizar os processos relativos a essas compras. Caracterizam-se, como bens de pequeno valor, aqueles que se enquadram na hipótese de dispensa prevista no art. 24, II, da Lei 8.666/93, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma compra de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

[...]

Art. 17. Na contratação de obras, serviços e compras mediante contratação direta, por meio de dispensa ou inexigibilidade de licitação, será observada a seguinte rotina:

I a X – [...]

XI – realização da cotação de preços ou cotação eletrônica, quando cabível;

16. Em suma, o Sistema de Cotação Eletrônica de Preços é instrumento de contratação por **dispensa de licitação**. Nos autos consta que o valor total da pretensa contratação é de **R\$ 17.475,00** (dezessete mil quatrocentos e setenta e cinco reais), valor permissivo para a dispensa de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

licitação (art. 24, II, Lei 8.666/93), além do mais, a **Instrução Normativa 04/2008** deste Tribunal também permite a Cotação Eletrônica nos mesmos moldes, portanto, entende esta Assessoria Jurídica que é perfeitamente aplicável a utilização dessa ferramenta.

2.3 DA PESQUISA DE PREÇOS

17. A pesquisa de preços executada nos autos é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico aplicáveis à todas as contratações diretas, quais sejam: a) a razão da escolha do fornecedor; e b) a justificativa do preço (art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93).

18. A orientação da Corte de Contas Nacional sobre o procedimento para aferição do valor estimado da contratação é a seguinte, *ipsi litteris*:

AC 0265/2010 ATA 05 - PLENÁRIO- Relator: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

[Auditoria. Tecnologia da Informação. Estimativa de preços.]
[ACÓRDÃO]

9.1. determinar à Caixa Econômica Federal - CEF que:
[...]

9.1.12. realize uma detalhada estimativa de preços com base em pesquisa fundamentada em informações de diversas fontes propriamente avaliadas, como, por exemplo, **cotações específicas com fornecedores, contratos anteriores do próprio órgão, contratos de outros órgãos e, em especial, os valores registrados no Sistema de Preços Praticados do SIASG e nas atas de registro de preços da Administração Pública Federal, de forma a possibilitar a estimativa mais real** possível, em conformidade com os arts. 6º, inciso IX, alínea "f", e 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/97; (sem grifo no original)

19. No caso em análise, a SAMES verificou que a falta de máscaras cirúrgicas no comércio do Município de Porto Velho-RO. Por isso, a referida unidade sugeriu a cotação de preços eletrônica com base na Portaria MPOG 306/2001. Para tanto, a unidade demandante levou a efeito a pesquisa de preços no sistema Banco de Preços e Internet ([0515422](#) e [0515424](#)), justificando a metodologia aplicada para a pesquisa de preços, conforme item 3.1 do PB em comento ([0514664](#)).

20. Nessa medida, esta AJDG entende que a metodologia utilizada para a estimativa de preços é aceitável para balizar os preços da cotação eletrônica.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III- CONCLUSÃO

21. Verifica-se que o Projeto Básico nº 3/2020 – PRE/DG/COEDE/SAMES, acostado ao evento [0514664](#), contém os elementos mínimos previstos no artigo 6º, IX, da Lei de Licitação e Contratos, **podendo ser apresentado à autoridade competente para aprovação, se assim entender, em atendimento ao inciso I § 2º do art. 7º do diploma infralegal citado.**

22. Dessa forma, a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação por meio de Cotação Eletrônica de Preços**, uma vez que o valor estimado está dentro do limite legal, podendo ser autorizada com amparo no **art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93.**

23. Estando as regras gerais da contratação definidas na **Portaria MPOG nº 306, de 13 de dezembro de 2001 e seus Anexos I e II**, tratando-se de bens de pronta entrega e inexistindo obrigações futuras, entende-se que a nota de empenho – integrada pelo PB, o qual deverá ser entregue, por cópia, à futura contratada – é instrumento **idôneo e suficiente** para regular a futura relação contratual.

24. Por fim, em cumprimento ao **§ 3º do artigo 18 da Instrução Normativa TRE-RO nº 004/2008**, a adoção da cotação eletrônica para o processamento da despesa, deverá constar expressamente da manifestação proferida pela SAOFC.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 26/03/2020, às 16:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 26/03/2020, às 16:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000922-81.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SAMES



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Dispensa de Licitação – Aquisição de material de consumo hospitalar (máscara cirúrgica) – contratação direta.

DESPACHO Nº 421 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Assistência Médica e Social – SAMES, com o objetivo de adquirir material de consumo hospitalar (máscaras cirúrgicas), a fim de suprir necessidade deste TRE proveniente da pandemia causada pelo novo coronavírus, conforme o Termo de Abertura ([0514622](#)).

Carreou-se aos autos pesquisas dos preços praticados na Administração Pública, por meio do sistema do Banco de Preços ([0515422](#)), e na Internet ([0515424](#)), uma vez que diligenciado no mercado local, apurou-se não haver mais máscaras cirúrgicas para comercialização no Município de Porto Velho/RO.

A COMAP manifestou-se pela regularidade do Projeto Básico juntado ao evento n. [0514664](#), uma vez que se encontra em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, da Lei n. 8.666/93 e da IN n. 04/2008 do TRE-RO, além de conter os elementos necessários à deflagração de cotação eletrônica ([0516113](#)).

A SPOF juntou aos autos a Programação Orçamentária ([0516223](#)) no valor de **R\$ 17.475,00** (dezessete mil quatrocentos e setenta e cinco reais), com a informação do Pré-Empenho 2020PE0000065, ao final registrando que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA).

Juntou-se aos autos do livro de processo de despesa do exercício de 2020 ([0517272](#)) para a comprovação de não fragmentação de despesa.

Assim instruído, o feito foi encaminhado à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise, a qual, por meio do Parecer Jurídico AJDG Nº 47/2020 ([0517701](#)) opinou pela possibilidade de contratação direta por dispensa de licitação por meio de Cotação Eletrônica de Preços, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993; pela aprovação do Projeto Básico 3/2020 – PRE/DG/COEDE/SAMES ([0514664](#)), bem como pela possibilidade de substituição do instrumento de contrato por nota de empenho para regular a relação contratual.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela autorização da despesa ante o reconhecimento da situação de dispensa de licitação com fundamento no inciso II do art. 24, da Lei n. 8.666/93, pela aprovação do Projeto Básico 3/2020-SAMES ([0514664](#)) e pela publicação da dispensa apenas no Diário da Justiça Eletrônico - DJE, tendo em vista que o valor da contratação situa-se nos patamares da dispensa legal, com fulcro no Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário ([0517936](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Inicialmente, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor da demanda não supera o limite legal permitido, com amparo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e no Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018, que fixa para a Administração Pública valores atualizados para as modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666/93.

Pelos elementos que se encontram nos autos verifica-se que resta devidamente justificado o preço a ser contratado, uma vez que a pesquisa de preços executada nos autos é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico aplicáveis à todas as contratações diretas, de modo que restam cumpridos, nos termos previstos no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III da Lei nº 8.666/93**.

Há justificativa para a contratação pretendida, tendo em vista que visa atender às demandas de emergência da Seção de Assistência Médica e Social (SAMES), considerando a gravidade e emergência na saúde pública, declarada pela Organização Mundial de Saúde - OMS devido à pandemia que causa doenças respiratórias classificada como coronavírus (COVID-19) e devido ao grande potencial de transmissão do vírus através do ar, por meio de tosse, espirro ou contato de mãos, maçanetas e equipamentos contaminados, conforme item 3.1 do Projeto Básico n. 3/2020 ([0514664](#)).

Ressalta-se, também, que com a juntada da planilha contendo as aquisições e contratações processadas no exercício de 2020 ([0517272](#)), fica demonstrado não haver sido realizadas contratações de mesma natureza neste exercício, afastando-se, assim, eventual discussão acerca de fracionamento irregular de despesa.

Por fim, tratando-se de aquisições diretas de pequeno valor, é preciso observar que, embora o Decreto nº 10.024/19 previu nova sistemática para as contratações diretas fundamentadas no art. 24, II, da Lei n. 8.666/93, denominada de sistema de dispensa eletrônica, consoante



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

informado no item 13 do Parecer Jurídico 47 ([0517701](#)), a Secretária de Gestão do Ministério da Economia comunicou, no dia 25/10/2019, às 15h58, em seu sítio eletrônico oficial, que a cotação eletrônica ainda será utilizada até a implementação do novo sistema:

A Secretaria de Gestão do Ministério da Economia comunica aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais, que a “cotação eletrônica” **deverá ser utilizada no caso de dispensas de licitação prevista no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, nos termos da Portaria nº 306, de 13 de dezembro de 2001, até que o Sistema de Dispensa Eletrônica, disciplinado pelo Decreto nº 10.024, de 2019, seja implementado.**

(...) (sem grifo no original)

(<https://comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/1191-comunicado-importante-cotacao-eletronica?highlight=WyJjb3RhXHUwMGU3XHUwMGUzbyIsImVsZXRYXHUwMGY0bmljYSIsImNvdGFcdTAwZTdcdTAwZTNvIGVsZXRYXHUwMGY0bmljYSJd>)

Assim, considerando que o decreto nº 10.024/19 entrou em vigor em 28 de outubro de 2019, e que seu art. 60, I, expressamente prevê a revogação do decreto nº 5.450/05, o fundamento normativo da cotação eletrônica deixou de existir no mundo jurídico, contudo até que sobrevenha o ato regulamentador demandado no art. 51 do decreto nº 10.024/19, não haverá a possibilidade do uso da novel dispensa eletrônica, devendo ser adotada toda normatização acerca da sistemática anterior até sua regulamentação/implementação.

Destarte, conforme destacado pela AJDG, não há óbice para o processamento da presente contratação utilizando-se o sistema de cotação eletrônica por este Regional até que se efetive a alteração da Instrução Normativa TRE/RO 004/2008 e regulamentação/normatização dos demais normativos que regem a matéria.

Pelo exposto e elementos que constam dos autos verifica-se que a despesa pretendida enquadra-se no art. 24, II, da Lei n. 8.666/1993 possibilitando a contratação direta por meio de **Cotação Eletrônica de Preços**. Dessa forma, e, com base nas atribuições de competências delegadas pelo artigo 1º, inciso I, da Portaria 66/2018/GP, esta Diretora-Geral:

1 - Aprova o Projeto Básico 3/2020 ([0514664](#)), porquanto possui, sob o aspecto formal, os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX do art. 6º da Lei 8.666/93; e

2 - Autoriza a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, a ser realizada



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

por meio de **Cotação Eletrônica de Preços**, nos termos da Portaria MPOG n. 306/2001 e Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

Devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade para continuidade dos procedimentos necessários à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 27/03/2020, às 18:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 20200069
Disponibilização: 07/04/2020
Publicação: 13/04/2020



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Espécie: Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação (via Cotação Eletrônica), com fundamento no artigo 26 da Lei 8.666/93 e nos termos da Decisão TCU 1.336/2006 – Plenário. Contratada: CH SERVICOS DE CONFECÇÕES SOB MEDIDA EIRELI, CNPJ n. 36.189.026/0001-77. Nota de Empenho: 2020NE000303, de 03/04/2020, Programa de Trabalho: 02122003320GP0011, Elemento de Despesa: 33.90.30-28. Objeto: Máscara Cirúrgica com elástico, branca, tripla, atóxica, hipoalérgica e descartável. Quant. 7.500; Vlr. Unit: R\$ 1,46; Valor Total da Nota de Empenho: R\$ 10.950,00. Fundamento Legal: Art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93 e art. 4º, § 2º, da Lei nº 13.979/2020. Justificativa: Necessidade de aquisição em caráter emergencial de máscaras descartáveis de proteção, para evitar a disseminação de vírus no âmbito da Justiça Eleitoral de Rondônia. Declaração de Dispensa de Licitação em 26/03/2020, por meio do Parecer Jurídico 47/2020/AJDG, por MAIARA SALES DO CASAL, CPF 003.550.682-22, Analista Judiciária e ratificado por SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, CPF n. 348.160.891-87, Assessora Jurídica. Autorizada a Despesa e Ratificada a Dispensa de Licitação em 27/03/2020, por meio do Despacho 421/2020/GABDG, assim como homologado o resultado da Cotação Eletrônica n. 002/2020/SLC e autorizada a emissão das Notas de Empenho em 02/04/2020, por meio do Despacho 473/GABDG, ambos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

assinados por LIA MARIA ARAUJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO.
Processo SEI n. 0000922-81.2020.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 07/04/2020, às 14:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.